

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 06 de maio de 2021 às 07h53
Seleção de Notícias

O Estado de S. Paulo | BR

Desenho Industrial

Governo Biden apoiará suspensão de patentes de vacinas contra a covid-19 4
INTERNACIONAL

Patentes

A difícil busca pelo consenso 6
INTERNACIONAL

Patentes

Anúncio dos EUA marca uma reviravolta, diz Serra 7
INTERNACIONAL | RENATA TRANCHES

Terra - Notícias | BR

05 de maio de 2021 | Patentes

Decisão dos EUA de apoiar quebra de patente de vacinas é "momento monumental" contra Covid, diz OMS 8
MUNDO

O Globo | BR

Patentes

'Tempos extraordinários' 9
MUNDO | ANDRÉ DUCHIADE

Propriedade Intelectual

Anúncio é 'histórico', mas resultado pode demorar 11
MUNDO

Exame.com | BR

04 de maio de 2021 | Patentes

EUA negociam com Brasil envio de US\$20 mi em medicamentos contra covid 12
ESTADÃO CONTEÚDO

O Globo Online | BR

05 de maio de 2021 | Direitos Autorais

Meghan Markle vence batalha judicial contra o tabloide que publicou sua carta para o pai 14
GENTE | O GLOBO

BOL - Notícias | BR

05 de maio de 2021 | Direitos Autorais

R\$ 250 mil: autor trava batalha judicial com SBT por reprise de Pantanal 15

Direitos Autorais

Música: Pagamento de direitos autorais no país desaba no 1º trimestre 17

05 de maio de 2021 | Patentes

Lula parabeniza Biden por defender quebra de patente: "Decisão histórica" 18

UOL Notícias | BR

05 de maio de 2021 | Patentes

Na OMC, Brasil pede tecnologia para vacinas, mas evita quebra de patentes 19
JAMIL CHADE

STF - Últimas Notícias | BR

05 de maio de 2021 | Marco regulatório | INPI

Plenário prossegue nesta quinta-feira (5) julgamento sobre prorrogação da vigência de patentes no Brasil 22

Jota Info | DF

05 de maio de 2021 | Marco regulatório | INPI

STF tem três votos para derrubar trecho da LPI que permite extensão de patentes 24

05 de maio de 2021 | Marco regulatório | INPI

STF - Lei de Patentes e ICMS na base do PIS/Cofins - Sessão de 05/05/2021 25

Migalhas | BR

05 de maio de 2021 | Propriedade Intelectual

Toffoli cita matéria de Migalhas para embasar voto sobre patente 26

Money Report | BR

05 de maio de 2021 | Patentes

Na OMC, Brasil se opõe à quebra de patentes de imunizantes e medicamentos 27

Governo Biden apoiará suspensão de patentes de vacinas contra a covid-19

INTERNACIONAL



Presidente americano, que defende a proteção da **propriedade** intelectual, decidiu mudar de posição e apoiar a proposta de Índia e África do Sul para facilitar a **transferência** de tecnologia e a produção das vacinas em países que estão atrás na corrida pela imunização

Beatriz Bulla

CORRESPONDENTE / WASHINGTON

O governo de Joe Biden decidiu ontem apoiar a suspensão de direitos de propriedade intelectual sobre as vacinas contra covid-19, uma ideia proposta por Índia e África do Sul na Organização Mundial do Comércio (OMC) que permite a **quebra** de patente dos imunizantes. A ideia é facilitar a **transferência** de tecnologia e a produção das vacinas em países que estão atrás na corrida pela imunização.

"Esta é uma crise de saúde global e as circunstâncias extraordinárias da pandemia de covid19 exigem medidas extraordinárias.

O governo acredita nas proteções de propriedade intelectual.

Mas, para acabar com essa pandemia, apoia a suspensão dessas proteções para as vacinas contra covid-19", disse a representante comercial dos EUA, Katherine Tai.

De acordo com ela, o governo americano participará das negociações na OMC para permitir que isso aconteça. "Essas negociações levarão tempo, considerando a natureza da instituição de busca por consenso e a complexidade das questões envolvidas", afirmou.

O Conselho-Geral da OMC se reuniu ontem para discutir o tema.

Índia e África do Sul se comprometeram a apresentar um novo texto nas próximas semanas.

Atualmente, mais de 100 países apoiam a proposta de suspensão da propriedade intelectual.

A atual proposta envolve a renúncia a diferentes direitos, entre eles as patentes dos imunizantes, mas também questões como **desenho** industrial.

Os EUA, sede de grandes farmacêuticas, historicamente se opunham à discussão sobre **quebra** de patentes. Desde o ano passado, em rodadas de negociações sobre o tema na OMC, os americanos rejeitaram o plano, ao lado de Suíça, Japão e Reino Unido e União Europeia. O Brasil é o único entre as nações de renda média e baixa que não apoiou a proposta.

A iniciativa de suspender as **patentes** foi apresentada em outubro de 2020. O objetivo é suspender temporariamente quatro seções do acordo Trips, que regula direitos de propriedade intelectual no âmbito da OMC, até que a vacinação contra a covid19 tenha se ampliado e a maioria da população mundial esteja imunizada.

O setor privado, que é contra, afirma que o fim das proteções de propriedade intelectual não resolverá os gargalos de produção.

Continuação: Governo Biden apoiará suspensão de patentes de vacinas contra a covid-19

A Federação Internacional de Associações Farmacêuticas disse ontem que o apoio de Biden era "a resposta errada" para um problema complexo, e pediu mais negociações para **transferência** de tecnologia.

"A suspensão de patentes de vacinas não aumentará a produção nem fornecerá soluções para combater a crise de saúde global.

Pelo contrário, é provável que leve a uma ruptura. Os verdadeiros desafios são barreiras comerciais, gargalos nas cadeias de abastecimento, escassez de matérias-primas e disposição dos países ricos sem compartilhar doses." Ações das farmacêuticas Moderna, Pfizer, BioNTech e Novavax, que produzem vacinas contra covid-19, caíram após a notícia.

Democratas, porém, argumentam que o governo americano ajudou a financiar o desenvolvimento de imunizantes, como o da Moderna. Enquanto os EUA pretendem imunizar 70% de seus habitantes até 4 de julho, especialistas apontam que, no ritmo atual, países pobres podem terminar de vacinar suas populações em 2024.

Ativistas e organismos internacionais, como a diretora da OMC, Ngozi Okonjo-Iweala, e o chefe da OMS, Tedros Adhanom, têm criticado o "nacionalismo da vacina". A ONG Médicos Sem Fronteiras divulgou carta com apoio de quase 400 organizações à **quebra** de patentes.

A difícil busca pelo consenso

INTERNACIONAL

PARA ENTENDER

A difícil busca pelo consenso

Apresentada em outubro no Conselho para os Trips, que trata da propriedade intelectual na Organização Mundial do Comércio (OMC), a proposta de suspensão de **patentes** das vacinas nunca saiu de lá, apesar do limite de 90 dias, após o qual ela deveria ter sido enviada à Conferência Ministerial para uma decisão.

Na OMC, as decisões são historicamente tomadas

por consenso. Por isso, a oposição de EUA e União Europeia era mais que suficiente para bloquear o avanço da proposta.

Mas a pressão vem aumentando na Europa. Ativistas vêm exigindo que os burocratas em Bruxelas rejeitem a posição do bloco. Em fevereiro, 115 dos 705 eurodeputados assinaram uma carta pedindo a mudança de posição da UE.

Resta saber se, com o apoio dos americanos, os europeus enfrentariam isoladamente o desgaste diplomático de se tornar um obstáculo à proposta.

Anúncio dos EUA marca uma reviravolta, diz Serra

INTERNACIONAL

Anúncio dos EUA marca uma reviravolta, diz Serra

Renata Tranches

O senador José Serra (PSDB) elogiou a decisão do governo de Joe Biden de apoiar a suspensão de direitos de propriedade intelectual sobre as vacinas contra a covid-19. "Esta decisão é uma verdadeira reviravolta no enfrentamento da pandemia com a possibilidade de incrementar a produção e distribuição das vacinas", comentou Serra ao Estadão.

Como ministro da Saúde, em 2001, Serra liderou a iniciativa brasileira para a quebra da patente do nelfinavir, medicamento que integrava a lista de 12 itens do coquetel antiaids.

Foi a primeira vez que o governo brasileiro quebrou a patente de um medicamento.

Ele reconhece a importância dos lucros da indústria farmacêutica para tornar viáveis investimentos em pesquisa e desenvolvimento e estimular a inovação.

"Também sabemos que os laboratórios manterão

seus ganhos, com um porcentual de royalties, e que eles fizeram as pesquisas com doações privadas e também de governos. Vivemos um momento atípico com a pandemia e os lucros exacerbados não podem estar acima da vida. Trata-se de uma agenda global." Mais cedo, o ex-ministro da Saúde lembrou que o Senado brasileiro marcou posição favorável à ideia ao aprovar projeto de lei com o mesmo propósito na semana passada. "Bolsonaro deveria fazer o mesmo", escreveu o senador no Twitter.

Serra se referia ao projeto de lei aprovado pelo Senado que prevê a **quebra** de patentes para vacinas e medicamentos contra a covid-19 no Brasil. O texto está agora na Câmara, onde enfrenta resistência.

Em um artigo publicado no Estadão no dia 22 de abril, Serra lembrou que vários ex-chefes de Estado e economistas renomados pediram, em carta, que o presidente americano apoiasse essa demanda. À frente do Ministério da Saúde do governo Fernando Henrique Cardoso, Serra coordenou a reforma da Lei de Propriedade Industrial, em 2001, que resultou em maior poder do Estado no processo de **concessão** de patentes.

Decisão dos EUA de apoiar quebra de patente de vacinas é "momento monumental" contra Covid, diz OMS

MUNDO



lado aos países a apoiarem a proposta trazida pela Índia e África do Sul na OMC, disse em um tuíte: "Este é um momento monumental na luta contra a Covid-19". Ele acrescentou que a decisão do governo Biden "é um exemplo poderoso da liderança dos Estados Unidos para enfrentar os desafios globais de saúde".

O diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, disse nesta quarta-feira que a intenção do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, de apoiar uma proposta de **quebra** de patente para impulsionar a produção global de vacinas é um "momento monumental na luta contra a Covid-19".

Diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus 3/7/2020 Fabrice Coffrini/Pool via REUTERS Foto: Reuters

Biden manifestou apoio nesta quarta a uma proposta na Organização Mundial do Comércio (OMC) de **quebra** de patente de vacinas contra a Covid, curvando-se à crescente pressão de parlamentares de seu próprio Partido Democrata e a mais de 100 outros países.

O diretor-geral da OMS, que tem repetidamente ape-

'Tempos extraordinários'

MUNDO

EUA passam a apoiar suspensão de patentes de vacinas anti-Covid para conter pandemia

ANDRÉ DUCHIADE

O governo dos EUA declarou, ontem, posição favorável à suspensão das patentes das vacinas contra a Covid-19, em uma mudança de direção que impulsionará de forma significativa o debate sobre o tema na Organização Mundial do Comércio (OMC). Em carta pública, a representante de Comércio da Casa Branca, Katherine Tai, afirmou que "tempos e circunstâncias extraordinários exigem medidas extraordinárias". O presidente Joe Biden enfrentava pressão crescente, especialmente de colegas do Partido Democrata, para apoiar a **quebra** de patentes durante a pandemia.

"Os EUA apoiam a suspensão de proteções de propriedade intelectual para as vacinas contra a Covid-19 para ajudar a acabar com a pandemia, e vamos participar ativamente de negociações da Organização Mundial do Comércio para que isso aconteça", afirmou Tai na carta, publicada em uma rede social.

O posicionamento americano significa um extraordinário apoio a uma campanha liderada por Índia e África do Sul na OMC para a suspensão das **patentes**, e acontece à revelia das posições da indústria farmacêutica, que afirma que uma mudança nas regras de **propriedade** intelectual desestimulará a inovação científica.

Na carta divulgada, o governo americano afirma que "acredita fortemente nas proteções de propriedade intelectual, mas, para conseguir acabar com esta pandemia, apoia a suspensão destas proteções para as vacinas de Covid-19". O texto acrescenta que as negociações na OMC "exigirão tempo, dada a natureza da instituição e a complexidade dos assuntos em questão".

A declaração acrescenta que o "objetivo do governo é levar o maior número possível de vacinas seguras e eficazes ao maior número possível de pessoas". "Enquanto o nosso fornecimento de vacinas para o povo americano já está assegurado, o governo continuará a expandir seus esforços - trabalhando com o setor privado e todos os parceiros possíveis - para expandir a produção e distribuição de vacinas. Também trabalhará para aumentar a produção das matérias-primas necessárias para produzir estas vacinas", diz o texto.

POSIÇÃO DA UE SERÁ CHAVE

Ainda não se conhecem detalhes do modelo vislumbrado pelos EUA, nem se ele é condizente com a proposta defendida por Índia e África do Sul na OMC. Ontem, os dois países disseram que vão apresentar uma nova proposta na semana que vem. Até agora, eles contam com o endosso de 60 países. Uma posição-chave nas negociações daqui para a frente será a da União Europeia, que, até aqui, tem sido contrária a mudanças nas regras de propriedade intelectual.

O anúncio americano, porém, não significa um aumento automático da produção. Além de serem necessárias negociações na OMC, mesmo se a suspensão for aprovada, será preciso que haja acordos de **transferência** de tecnologia que permitam a outros produtores globais fabricarem os insumos. Isso será especialmente desafiador nas vacinas com tecnologias mais modernas, como as de Pfizer e Moderna.

Uma pesquisa conduzida em março mostrou que 60% dos americanos apoiam uma revisão das leis de **propriedade** intelectual ligadas a vacinas. Nesta semana, 108 parlamentares democratas enviaram uma carta ao presidente pedindo para ele suspender as **patentes**, afirmando que seria uma forma de "reverter o estrago provocado por Trump".

Continuação: 'Tempos extraordinários'

A oposição republicana, por sua vez, deve ser estridente em suas acusações contra o presidente, alegando que ele envia um sinal negativo à indústria, de que não deve investir em inovação. Em uma carta divulgada nesta semana, parlamentares republicanos liderados por Jim Jordan (Ohio) e Darrell Issa (Califórnia) disseram que a suspensão pouco faria para melhorar a saúde pública.

Após o anúncio, as ações das empresas - que registraram lucros recordes no primeiro trimestre - despencaram, e as ações da Moderna chegaram a cair 7%.

A a Federação Internacional da Indústria Farmacêutica (IFPMA) chamou a decisão de "decepcionante". "Concordamos totalmente com o objetivo de fazer com que as vacinas contra a Covid-19 sejam distribuídas de forma rápida e equitativa em todo o mundo. Mas, como dissemos consistentemente, a suspensão é uma resposta simples, mas errada para um problema complexo", disse o grupo farmacêutico em comunicado.

O diretor-geral da Organização Mundial da Saúde, Tedros Ghebreyesus, por sua vez, classificou o posicionamento americano como um "momento monumental" na luta contra a pandemia, e um "exemplo poderoso da liderança dos EUA para resolver questões de saúde global".

A diretora-geral da OMC, Ngozi Okonjo-Iweala, não se pronunciou sobre a suspensão de patentes. Ela insistiu, contudo, que os países precisam chegar a um acordo sobre um caminho comum para expandir o acesso às vacinas.

- A recuperação econômica global não pode ser sustentada a menos que encontremos uma maneira de

obter acesso equitativo às vacinas, terapêuticas e diagnósticos - disse ela à tarde.

BRASIL DEFENDE 3ª VIA

Após um encontro em Genebra, o porta-voz da OMC, Keith Rockwell, disse a repórteres que as discussões de ontem sobre a proposta foram "muito construtivas", e que os mais de 40 representantes dos países que se manifestaram durante a reunião expressaram consenso de que é preciso expandir o fornecimento de vacinas a países pobres.

O Brasil vinha apoiando até agora uma posição de terceira via, defendida por OkonjoIweala, a diretora-geral da OMC. A ideia é fazer acordos entre laboratórios e países com capacidade de produção de imunizantes. Esse posicionamento foi assumido em uma reunião entre o chanceler Carlos França e OkonjoIweala. O Brasil se uniu a uma coalizão formada por Austrália, Canadá, Chile, Colômbia, Equador, Nova Zelândia, Noruega e Turquia, em defesa de um fórum que reúna países e desenvolvedores e produtores de vacinas e de outros medicamentos, juntamente com a OMC e outras entidades. (Colaborou Eliane Oliveira)

-

"Esta decisão terá implicações simbólicas e concretas muito importantes. Se for executada (...) adequadamente, teremos acesso a tecnologias de vacinas da geração mais recente "

Paulo Buss, coordenador do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz

Anúncio é 'histórico', mas resultado pode demorar

MUNDO

Pesquisadores lembram que falta detalhar plano americano, e que caminho para ampliar acesso a imunizantes precisa ser negociado

O anúncio do governo de Joe Biden de que apoia a suspensão das regras de propriedade intelectual relacionadas às vacinas contra a Covid-19 foi saudado por pesquisadores em todo o mundo como um importante passo para expandir o acesso a vacinas. Muitos, no entanto, alertam que ainda há um longo caminho até que se aumente a oferta global de imunizantes.

Para o coordenador do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz, Paulo Buss, a mudança de posição dos Estados Unidos foi um "posicionamento surpreendente e histórico".

- Os EUA nunca se manifestaram contra a rigidez da propriedade intelectual em toda a História do campo da saúde - disse Buss ao GLOBO. Esta decisão terá implicações simbólicas e concretas importantes. Se for executada pelas empresas americanas adequadamente, isso significa que teremos acesso a tecnologias de vacinas da geração mais recente, de RNA mensageiro.

A expectativa é de que o posicionamento "não seja só uma declaração retórica que depois enfrente problemas com as empresas" para ser operacionalizado, disse o pesquisador, lembrando que ainda é preciso "ver o detalhamento do plano".

Uma mudança nas regras de **propriedade** intelectual de vacinas não significa que os imunizantes poderão

automaticamente ser fabricados em larga escala, pois há complicados componentes em sua produção que podem exigir transferência tecnológica. Representantes da indústria manifestaram-se contra a iniciativa, alegando que ela pode inibir a inovação. Os detalhes do acordo a ser costurado serão cruciais para sua efetividade.

Segundo Josh Michaud, diretor de Saúde Global da Escola de Estudos Internacionais da Universidade John Hopkins, "uma declaração por si só não mudará o controle sobre a fabricação global de vacinas contra a Covid-19, mas é preciso reconhecer isso como uma mudança notável na política dos EUA". A medida "pode marcar o início de uma série de etapas para ajudar a impulsionar a produção de vacinas", escreveu numa rede social.

Tom Bollyky, diretor de Saúde Global no Council on Foreign Relations, de Nova York, afirmou que a carta divulgada pela Casa Branca "sugere que este pode não ser um processo rápido". Ele observa que o texto aponta que os EUA apoiarão uma suspensão das patentes para vacinas, mas "não declara que apoiará a isenção proposta por África do Sul e Índia, que também abrangia diagnósticos e remédios".

Ilona Kickbusch, do Centro de Saúde Global, de Genebra, escreveu que um dos pontos críticos será a definição de quando a suspensão passa a valer, e qual será o critério para acioná-la. Do ponto de vista político, a pesquisadora indica que a posição a ser adotada pela União Europeia terá grande importância. (A. D.)

EUA negociam com Brasil envio de US\$20 mi em medicamentos contra covid



14/4/2021 REUTERS/ (Kacper Pempel/Reuters)

A porta-voz da Casa Branca, Jen Psaki, afirmou nesta terça-feira 4, que o governo dos Estados Unidos está em contato com o Brasil para fornecer ajuda a hospitais diante da aceleração da pandemia no País. Durante uma coletiva de imprensa, a assessora informou que o auxílio deve totalizar em torno de US\$ 20 milhões em medicamentos usados para a intubação de pacientes.

A pandemia mexeu com a economia e os negócios no mundo todo. Venha aprender com quem conhece na EXAME Invest Pro

Segundo Jen Psaki, as negociações envolvem a Organização Pan-americana de Saúde (Opas) e ainda não estão finalizadas.

Recentemente, a Casa Branca anunciou que ajudaria no combate à crise sanitária na Índia, que tem registrado recordes de casos e mortes por covid-19.

Durante a coletiva de imprensa, a porta-voz informou que a ajuda enviada pela Casa Branca à Índia inclui 1.500 cilindros de oxigênio, 550 concentradores de oxigênio e uma unidade de geração de oxigênio em grande escala.

Ao ser questionada se uma parte dos estoques da vacina da AstraZeneca que serão doados pelos EUA irão para o Brasil, Psaki se limitou a responder que há "uma gama de solicitações" do mundo inteiro pelos imunizantes.

Biden anuncia doação de 10% das vacinas contra covid e pode beneficiar Brasil

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, anunciou nesta terça-feira, 4, que seu país doará, até 4 de julho, 10% das vacinas contra covid-19 fabricadas

Segundo a porta-voz da Casa Branca, as negociações envolvem a Organização Pan-americana de Saúde (Opas) e ainda não estão finalizadas

BRASIL

EUA negociam com Brasil envio de US\$20 mi em medicamentos contra covid

Segundo a porta-voz da Casa Branca, as negociações envolvem a Organização Pan-americana de Saúde (Opas) e ainda não estão finalizadas

Por Estadão Conteúdo

Publicado em: 04/05/2021 às 17h04

Alterado em: 04/05/2021 às 17h08

2021-05-04

2021-05-04

access_timeTempo de leitura:

Paciente com Covid é tratado em hospital
abpi.empauta.com

Continuação: EUA negociam com Brasil envio de US\$20 mi em medicamentos contra covid

para uso interno a outros países. Questionado se Brasil e Índia poderiam ser beneficiados, Biden informou que não adiantaria quais seriam as nações que receberão os imunizantes, da AstraZeneca, mas disse que eles serão enviados até o prazo citado a outras nações, "incluindo algumas das que você mencionou".

Biden disse que o país já enviou doses da AstraZeneca para o Canadá e o México. Além disso, ressaltou a ajuda que os EUA têm prestado à Índia, citando o envio de oxigênio e de componentes para a produção de vacinas.

Em outro momento do evento, Biden foi questionado por um repórter se apoiaria a **quebra** de patentes, para acelerar a produção de vacinas pelo mundo. Ele disse apenas que essa decisão seria tomada adiante, sem tomar posição.

Veja também MUNDOMelinda Gates acredita que governo dos EUA doará vacinas em brevequery_builder 4 Maio 2021 - 10h05CIÊNCIAImunidade de rebanho nos Estados Unidos é improvável, dizem especialistasquery_builder 3 Maio 2021 - 14h05

Obrigado por ler a EXAME! Que tal se tornar assinante?

Tenha acesso ilimitado ao melhor conteúdo de seu dia. Em poucos minutos, você cria sua conta e continua lendo esta matéria. Vamos lá?

Falta pouco para você liberar seu acesso.

exame digital

R\$ 12,90/mês

Acesse onde e quando quiser.

Acesso ilimitado a conteúdos exclusivos sobre macroeconomia, mercados, carreira, empreendedorismo, tecnologia e finanças.

Assine

exame digital + impressa

R\$ 29,90/mês

Acesse onde e quando quiser

Acesso ilimitado a conteúdos exclusivos sobre macroeconomia, mercados, carreira, empreendedorismo, tecnologia e finanças.

Edição impressa mensal.

Frete grátis

Assine

Já é assinante? Entre aqui.

BrasilCoronavírusEstados Unidos (EUA)

4136102

Meghan Markle vence batalha judicial contra o tabloide que publicou sua carta para o pai

GENTE

Meghan Markle acaba de vencer a última rodada de sua batalha judicial que durou dois anos e meio contra a Associated Newspapers (editora do Mail on Sunday e Mail Online) pela publicação de uma carta escrita à mão para seu pai, Thomas Markle.

Hoje, em uma audiência remota na Suprema Corte de Londres ficou determinado que Meghan detém os **direitos** autorais exclusivos da carta, que ela enviou a seu pai em agosto de 2018, apenas três meses após seu casamento com o príncipe Harry.

A Lawyers for Associated Newspapers Limited (ANL) já havia afirmado que o ex-chefe de comunicações do Palácio de Kensington, Jason Knauf, possuía parte dos **direitos** autorais, pois ele havia visto uma versão anterior da carta e ajudou em seu esboço. Mas essa versão foi abandonada quando Knauf negou enfaticamente que co-escrevera o texto. "O Sr. Knauf não redigiu e nunca afirmou ter redigido nenhuma parte do esboço eletrônico ou da carta", afirmaram os advogados de Meghan em documentos oficiais do tribunal divulgados hoje, acrescentando que a Duquesa de Sussex escreveu a carta usando o aplicativo Notes em seu iPhone "por volta da primeira semana de agosto de 2018."

No entanto, revelou que Meghan havia compartilhado o projeto com o Príncipe Harry e Jason Knauf "para obter apoio, pois este foi um processo profundamente doloroso que eles viveram com ela e porque o Sr. Knauf era responsável por manter os membros mais antigos da família real família in-

formada de quaisquer questões voltadas para o público." Embora Knauf fornecesse "ideias gerais" sugerindo que a duquesa incluísse uma menção aos problemas de saúde de seu pai na carta, a correspondência "era apenas a carta da duquesa", acrescentam os documentos.

Meghan processou a Associated Newspapers pela primeira vez em setembro de 2019 por publicar trechos da carta "privada e confidencial" para seu pai em cinco artigos publicados tanto impressos quanto online em fevereiro de 2019.

Em março, Meghan recebeu US \$ 625.000 para custas judiciais sobre sua reclamação de violação de privacidade e **direitos** autorais contra a Associated Newspapers. Ao todo, o grupo tem que pagar US \$ 1,88 milhão pelas despesas legais de Meghan pelo caso.

O advogado da Associated Newspapers, Andrew Caldecott, não se opôs à decisão. Em um comunicado por escrito, ele acrescentou que era "uma questão de pesar" para o editor do jornal que Knauf não havia previamente esclarecido seu papel na redação da carta e acrescentou que, uma vez que o editor tomou conhecimento da declaração de Knauf, sua equipe jurídica "reconheceu rapidamente o impacto da informação" e indicou que não se oporia a um julgamento.

O Globo, um jornal nacional:

R\$ 250 mil: autor trava batalha judicial com SBT por reprise de Pantanal



O Brasil parou em 1990 para acompanhar a saga da família Leôncio e de Juma Marruá na novela "Pantanal", exibida de março a dezembro na extinta TV Manchete. Foi um marco na televisão brasileira e, até hoje, considerada uma das melhores novelas da história.

Escrita por Benedito Ruy Barbosa, "Pantanal" foi reprisada em 2008 pelo SBT e deu início a uma longa batalha judicial entre autor e emissora. O capítulo mais recente foi na semana passada, quando o presidente do STJ (Superior Tribunal de Justiça), mi-

nistro Humberto Martins, negou mais um recurso de Ruy Barbosa. Nele, o autor pedia o aumento da indenização por danos morais, fixada em R\$ 250 mil pela TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo).

Relacionadas Família de Wando briga há quase 10 anos por herança deixada pelo cantor Justiça determina que Melhem identifique post de Rafinha Bastos em processo Gleici, campeã do BBB 18, processa clínica que divulgou tratamento estético

Tudo começou em 2008, logo depois do SBT anunciar a reprise de "Pantanal". Ruy Barbosa entrou com uma ação na Justiça e alegou, entre outros, que a novela foi editada em razão de danos nas fitas originais. Segundo ele, os cortes de cenas e supressões de diálogos teriam atingido sua honra e reputação.

O SBT foi condenado ao pagamento de indenização por danos morais e a sentença foi confirmada em três instâncias.

Com isso, o processo entrou na fase de cumprimento de sentença, ou seja, de fixação do valor e de intimação da emissora para realizar o pagamento. E foi aí que a batalha judicial entrou em uma nova etapa.

O autor Benedito Ruy Barbosa Imagem: Divulgação R\$ 50 milhões por novela, diz defesa

Insatisfeito com o valor de R\$ 250 mil estipulado pela Justiça paulista, Benedito Ruy Barbosa tem buscado o aumento da indenização. Em 26 de abril, o presidente do STJ rejeitou o recurso mais recente do autor. Nele, a defesa de Ruy Barbosa classificava o valor como "ínfimo e irrisório" diante do poder aquisitivo do SBT, "uma das maiores redes de televisão do Brasil".

Além disso, o recurso dizia que a indenização também não seria compatível com o nível so-

Continuação: R\$ 250 mil: autor trava batalha judicial com SBT por reprise de Pantanal

cioeconômico de Ruy Barbosa, "que atualmente recebe R\$ 50 milhões por novela". "O parâmetro escolhido para a apuração do dano não contemplou a complexidade da violação de **direitos** autorais", diz a defesa.

No entanto, o ministro Humberto Martins considerou razoável a quantia e, assim, não caberia intervenção do STJ: "Muito embora possa o STJ atuar na revisão das verbas fixadas a título de danos morais, esta restringe-se aos casos em que arbitrados na

origem em valores irrisórios ou excessivos, o que não se verifica no caso concreto".

Ruy Barbosa ainda pode recorrer a um colegiado do STJ, ou seja, o imbróglio judicial poderá ter mais capítulos. O **UOL** não conseguiu entrar em contato com o autor até o fechamento desta reportagem. Já o SBT informou que não vai se manifestar sobre o caso.

Música: Pagamento de direitos autorais no país desaba no 1º trimestre

Se o ano passado foi péssimo para a música e para os músicos do Brasil e do mundo, 2021 promete não ser diferente.

Sem vacinação em massa, com um governo negacionista e nenhuma previsão de quando os shows com público presencial voltarão, a arrecadação de **direitos** autorais caiu 15% no país no primeiro trimestre --na comparação com o mesmo período no ano passado.

Relacionadas Pandemia joga artistas na pobreza; cantora vende salgados Mesmo na pandemia, Ecad repassou quase R\$ 1 bi em 2020 Bailarinos e músicos vivem de auxílio e doações de artistas

Os dados são do Ecad (Escritório Central de Arrecadação de **Direitos** Autorais).

O cálculo da entidade é que, com a pandemia de coronavírus, o país tenha perdido em média 6.000 shows e festas por mês, causando uma crise sem precedente nas artes musicais.

E principalmente no bolso dos artistas e funcionários da música --muitos já em estado de pobreza, como esta coluna publicou.

Desabou

De janeiro a março, o Ecad diz ter distribuído R\$ 191,2 milhões a 159 mil autores, músicos, intérpretes, editoras e produtores fonográficos, além das associações de música.

Isso significa 15% a menos que o primeiro trimestre do ano passado, quando foram distribuídos cerca de R\$ 226,1 milhões --ainda sem contarmos com o impacto e as perdas causadas pela Covid-19.

Mesmo assim, 2020 foi um ano de agrura: os **direitos** autorais despencaram 20% no país.

O pior entre os piores

Além do impacto causado na música como um todo, um segmento teve e terá perdas ainda piores: o das músicas de Carnaval.

Neste primeiro trimestre os segmentos de Carnaval e festas (de fim de ano) arrecadaram 85% a menos que em 2020.

Já o segmento de shows e eventos acumula uma perda de 81% no mesmo período, na comparação com 2020. O de cinema também caiu 85%.

"É uma batalha complicada, mas temos feito o possível para amenizar o impacto da pandemia. Estamos trabalhando, por exemplo, para incrementar os rendimentos em **direitos** autorais por meio de negociações com as plataformas de streaming", diz a superintendente executiva do Ecad, Isabel Amorim.

No ano passado o Ecad anunciou um acordo inédito com o Grupo Globo a respeito do pagamento de **direitos** autorais em **internet** e streaming.

Lula parabeniza Biden por defender quebra de patente: "Decisão histórica"



O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) usou as redes sociais para parabenizar o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, por defender a **quebra** de patente de vacinas contra a covid-19. Segundo Lula, a decisão do governo americano é "histórica" e diz ainda que "a saúde não pode ser mercantilizada".

"Quero saudar essa decisão histórica do governo Joe Biden. Desde 2020 defendemos que a suspensão do monopólio das patentes é a única saída para vacinação em massa de toda a população. A saúde não pode ser mercantilizada. A humanidade vai vencer esse vírus.

Relacionadas Bolsonaro pede união contra esquerda após Lula pregar aliança no RJ em 2022 Covid: SP abre mais 7 novos drive-thrus para vacinar idosos de 60 a 62 anos Presidente do TJ derruba liminar e restabelece restrições na cidade do Rio

Quero saudar essa decisão histórica do governo @JoeBiden. Desde 2020 defendemos que a suspensão do monopólio das patentes é a única saída pa-
abpi.empauta.com

ra vacinação em massa de toda a população. A saúde não pode ser mercantilizada. A humanidade vai vencer esse vírus. <https://t.co/KBG5WNPuOo>

-- Lula (@LulaOficial) May 5, 2021

Numa decisão sem precedentes, o governo de Joe Biden decidiu hoje apoiar a ideia de suspender patentes de vacinas e se alia aos países emergentes na OMC (Organização Mundial de Comércio), conforme informou o colunista do **UOL** Jamil Chade.

A postura reflete uma mudança histórica na postura do governo norte-americano em relação à propriedade intelectual e deixa o Brasil como um dos poucos países no mundo a defender a posição de que **patentes** não devam ser quebradas e que as atuais regras do comércio são suficientes para lidar com a crise sanitária.

No Brasil, o Senado aprovou na semana passada o projeto de lei que autoriza a **quebra** de patentes de vacinas e medicamentos contra a covid-19 no Brasil deve ser engavetado na Câmara.

Segundo o jornal "O Estado de S. Paulo", o presidente da Casa, Arthur Lira (Progressistas-AL), trata o tema como a última de suas prioridades e já avisou que "não vai nem olhar" para esse assunto. Com exceção de nomes da oposição, a maioria dos líderes de partido evita declarar apoio. O governo de Jair Bolsonaro é contra.

Na OMC, Brasil pede tecnologia para vacinas, mas evita quebra de patentes

JAMIL CHADE

Enquanto a pandemia da covid-19 acumula mortes e não perde força, governos não conseguem chegar a um acordo sobre a proposta de suspender patentes de vacinas, o que poderia tornar os imunizantes mais acessíveis e mais baratos.

Numa reunião fechada nesta quarta-feira na OMC (Organização Mundial do Comércio), os países se reuniram para debater a proposta da Índia e África do Sul para permitir que laboratórios pelo mundo possam fabricar versões genéricas dos produtos, ampliando o abastecimento do mercado. Mas países ricos continuam a se opor à proposta.

.blogs-and-columns-recommendation *{transition: none !important}.blogs-and-columns-recommendation .related-content {visibility: hidden}.blogs-and-columns-recommendation: not(.component-ready).skeleton {min-height: 386px; border-top: solid 1px rgba(51, 51, 51, 0.8); border-bottom: solid 1px rgba(51, 51, 51, 0.8); background-image: url(http://conteudo.imguol.com.br/c/_layout/v3/blogs-and-columns-recommendation/skeleton/bg-loading.png?v3); margin-bottom: 40px} @media (max-width: 767px) { .blogs-and-columns-recommendation: not(.component-ready).skeleton {min-height: 420px; background-image: url(http://conteudo.imguol.com.br/c/_layout/v3/blogs-and-columns-recommendation/skeleton/bg-loading-xs.png?v3)}} Colunistas do UOL Acompanhe as últimas notícias do que acontece no Brasil e no mundo

O governo brasileiro optou por não dar seu apoio à ideia da suspensão e reforçou a proposta de que haja uma **transferência** de tecnologia, sempre dentro das

regras e com um acordo das empresas detentoras de **patentes**.

Sem um acordo, indianos e sul-africanos acenaram para a possibilidade de que reformulem sua proposta e apresentem um novo texto na segunda metade do mês. A esperança é de que tal gesto se aproxime dos interesses dos países desenvolvidos e que permita que governos como o de Joe Biden também façam um gesto de aproximação.

O impasse ocorre no momento em que especialistas do setor de saúde apontam como, apesar da escassez de doses pelo mundo, as principais multinacionais do setor farmacêutico distribuíram bilhões em lucros para seus acionistas. Só a Pfizer deve acumular uma receita de US\$ 26 bilhões, um valor suficiente para vacinar todo o continente africano.

A esperança era de que o governo de Joe Biden poderia abandonar sua postura contrária à proposta de suspensão de patentes. Nos últimos dias, centenas de deputados, senadores e entidades americanas pressionaram a Casa Branca bancar o projeto dos países emergentes. A própria administração Biden indicou que estava avaliando a proposta.

Mas, na reunião desta quarta-feira em Genebra, a delegação dos EUA não promoveu a mudança que se esperava e sequer enviou a chefe de negociações comerciais de Biden, Katherine Tai, ao evento. Ela estava sendo aguardada, como um sinal de que a Casa Branca estaria disposta a ensaiar uma mudança. "Perdão por decepcionar", disse às demais delegações o diplomata americano que representou o governo Biden na reunião.

Brasil pede "caminhos pragmáticos"

No caso do Brasil, a delegação do Itamaraty insistiu

Continuação: Na OMC, Brasil pede tecnologia para vacinas, mas evita quebra de patentes

que "o principal objetivo é encontrar caminhos construtivos e pragmáticos para promover uma rápida expansão da produção de vacinas, medicamentos e terapias contra a covid-19, para que estejam disponíveis, em quantidades suficientes, para todos aqueles que necessitam".

O governo indicou ainda que apoia os esforços da direção da OMS "na promoção de um diálogo franco e aberto com todos os atores relevantes que possam contribuir para este objetivo".

"O governo brasileiro tem trabalhado com parceiros bilaterais, organizações internacionais e diferentes partes interessadas para encontrar soluções para a pandemia", afirmou o governo durante a reunião.

"Estamos cientes das muitas restrições para aumentar rapidamente a produção de vacinas e devemos dedicar nosso tempo e energia para chegar a soluções. Não devemos perder de vista os desafios enfrentados por muitos países em desenvolvimento no acesso à tecnologia e ao know-how para produzir vacinas e outras terapias", disse.

O governo também destacou o reconhecimento das dificuldades que enfrentam países em desenvolvimento para ter acesso aos remédios e tecnologias.

"Para acabar com esta pandemia, devemos fortalecer a elaboração e a **transferência** de tecnologia para garantir que todos aqueles que desejam se engajar na produção de vacinas e outros suprimentos que salvam vidas tenham acesso à tecnologia e ao know-how relevantes".

Mas insistiu que o caminho deve ser o de uma cooperação entre empresas e governos. O discurso foi recebido como uma forma de defender que não haja qualquer mudança nas regras de **patentes** e que qualquer licenciamento ocorra com o consentimento dos detentores de propriedade intelectual.

Desde o ano passado, o Brasil se aproximou dos países ricos para rejeitar a proposta e apoiar a ideia de um acordo global de transferência voluntária de tecnologia e doações. Para o Itamaraty, **patentes** precisam continuar sendo protegidas e qualquer licença compulsória apenas pode ocorrer dentro dos acordos já previstos.

No encontro desta quarta-feira, o impasse permaneceu entre países ricos e emergentes, que fizeram duras acusações contra os governos das economias desenvolvidas. Sem um acordo, o debate se arrasta, sem solução e sem uma maior distribuição de vacinas.

Depois de seis meses de debates, governos apenas chegaram à constatação de que existem obstáculos para a expansão da produção.

Para os autores da proposta de suspensão de patentes, apenas esse caminho pode superar a escassez de produtos. Mas outros alertaram que tal proposta minaria a cooperação entre empresas e governos.

Centro de inteligência para pandemias

Enquanto não há acordo sobre vacinas, a OMS anunciou a criação de um Centro de Inteligência para Pandemias, com sede em Berlim, uma espécie de plataforma para compartilhar dados e preparar respostas para prever, prevenir, detectar, preparar e responder às ameaças à saúde mundial.

Principal financiadora do projeto, a chanceler alemã Angela Merkel alertou que "a atual pandemia de covid-19 nos ensinou que só podemos combater pandemias e epidemias juntos".

"O novo Hub da OMS será uma plataforma global de prevenção de pandemias, reunindo várias instituições governamentais, acadêmicas e do setor privado", disse.

A meta é de que, com diversos países, o centro vai

Continuação: Na OMC, Brasil pede tecnologia para vacinas, mas evita quebra de patentes

criar modelos para prevenir riscos e monitorar medidas de controle de doenças.

"Precisamos identificar os riscos de pandemia e epidemia o mais rápido possível, onde quer que ocorram no mundo. Para isso, precisamos fortalecer o sistema de vigilância global de alerta precoce com uma melhor coleta de dados relacionados à saúde e análise de risco interdisciplinar", disse Jens Spahn, ministro da Saúde alemão.

"Uma das lições da covid-19 é que o mundo precisa de um salto significativo na análise de dados para ajudar os líderes a tomar decisões informadas sobre saúde pública", disse Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor-geral da OMS. "Isso requer o aproveitamento do potencial de tecnologias avançadas como a inteligência artificial, combinando diversas fontes de dados e colaborando através de múltiplas disciplinas", completou.

Plenário prossegue nesta quinta-feira (5) julgamento sobre prorrogação da vigência de patentes no Brasil



O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) dará continuidade, na sessão desta quinta-feira (6), ao julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5529, em que se analisa a validade da regra da Lei de Propriedade Industrial (Lei 9.279/1996) que prorroga a vigência de patentes no país. Na sessão de hoje, o ministro Dias Toffoli (relator) concluiu a leitura de seu voto pela inconstitucionalidade da norma, acompanhado pelos ministros Nunes Marques e Alexandre de Moraes.

A ação foi proposta pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o artigo 40, parágrafo único, da lei, que estabelece que o prazo de vigência da patente não pode ser inferior a 10 anos para invenção e a sete anos para modelo de utilidade, a contar da data de concessão, ressalvada a hipótese de o **Instituto** Nacional de Propriedade Industrial (**Inpi**) "estar impedido de proceder ao exame de mérito do pedido, por pendência judicial comprovada ou por motivo de força maior".

A PGR argumenta que, ao invés de promover condução célere e eficiente dos processos administrativos, o dispositivo admite e, de certa forma, estimula o prolongamento exacerbado do exame de pedido de patente.

Violação do direito à saúde

Na última semana, Toffoli afirmou, em síntese, que a abpi.empauta.com

lei, ao tornar o prazo de vigência das patentes variável e indeterminado, fere os princípios da segurança jurídica, da eficiência da administração pública, da ordem econômica e do direito à saúde. Hoje, dando continuidade à sua argumentação, dedicou, em seu voto, um capítulo ao setor farmacêutico, que, segundo afirmou, responde por um dos maiores tempos médios de decisão técnica pelo **Inpi**.

Para o ministro, o prolongamento indevido dos prazos de patente, nesse setor, é injusto e inconstitucional, ao privilegiar o interesse particular em detrimento da coletividade, com impacto na prestação de serviços de saúde pública. Esse contexto, na sua avaliação, se torna ainda mais gravoso e urgente, diante da pandemia da Covid-19.

Segurança jurídica e temporalidade

Para Toffoli, a indeterminação do prazo contido no parágrafo questionado gera, ainda, insegurança jurídica e ofende o Estado Democrático de Direito. A seu ver, a previsibilidade em relação ao prazo de vigência das patentes é essencial para que os agentes de mercado (depositantes, potenciais concorrentes e investidores) possam fazer escolhas racionais. "A ausência de regras claras dá margem ao arbítrio e à utilização oportunista e anti-isonômica das regras do jogo, tais como as estratégias utilizadas pelos depositantes para prolongar o período de exploração exclusiva dos produtos", afirmou.

A norma questionada, também na sua avaliação, subverte a essência do artigo 5º, inciso XXIX, da Constituição, no que diz respeito à concessão de privilégio temporário. A temporalidade, a seu ver, deve ser interpretada à luz da proteção patentária, que garante o usufruto do invento por toda a sociedade a partir de regras claras e em prazo razoável.

Função social

Continuação: Plenário prossegue nesta quinta-feira (5) julgamento sobre prorrogação da vigência de patentes no Brasil

Toffoli assinalou que a propriedade intelectual também se submete à função social da propriedade garantida na Constituição e deve harmonizar interesses individuais e coletivos. Isso é realizado, entre outros instrumentos, na previsão de extinção da patente pela expiração do prazo de vigência, com a liberação para a atuação dos demais concorrentes. A falta de limitação temporal justa das patentes contraria, assim, a livre concorrência e a defesa do consumidor.

Estado de coisas inconstitucional

O ministro Dias Toffoli votou pela procedência do pedido para declarar a inconstitucionalidade do dispositivo questionado e reconhecer o estado de coisas inconstitucional em relação à vigência das patentes no Brasil. A demora da administração pública em analisar os pedidos e o prazo adicional, que pode chegar a 25 anos, somada aos impactos negativos citados

em seu voto, para ele, representa uma violação generalizada de direitos fundamentais.

Nesse ponto, houve divergência do ministro Alexandre de Moraes, que, embora reconheça a desproporcionalidade da norma ao estabelecer tempo indefinido de exclusividade das patentes, não considera que se trate o estado de coisas inconstitucional.

O relator propôs, entre outros pontos, que se determine ao Impi que, no prazo de um ano, contrate servidores para compor quadro de pessoal adequado à grande demanda do órgão, priorize o desenvolvimento e a implantação de soluções tecnológicas que permitam controlar o fluxo de pedidos de patentes e automatizar e otimizar processos.

STF tem três votos para derrubar trecho da LPI que permite extensão de patentes



Regra questionada prevê um prazo de compensação na vigência das patentes caso o **INPI** demore para analisar o pedido Atualização da COVID-19

Receba relatórios sobre os principais julgamentos tributários do STF, do STJ e do CARF e ganhe meses no seu planejamento. Peça uma demonstração! ×



Crédito: Pixabay

STF - Lei de Patentes e ICMS na base do PIS/Cofins - Sessão de 05/05/2021



Corte retoma julgamento de ação que questiona extensão de prazo de patentes em 10 anos por demora do **INPI**. O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) retoma, nesta quarta-feira (5/5), às 14h, julgamento de ação contra dispositivo da Lei de Propriedade Industrial (LPI) que estende em 10 anos o prazo de vigência de patentes quando há demora na análise do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**). A sessão será realizada por videoconferência.

Trata-se da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.529, movida pela PGR. Na prática, se houver atraso do instituto para analisar o pedido, a demora é compensada com mais anos de monopólio. Caso o STF julgue procedente a ação da PGR, o prazo de patentes ficará limitado a 20 anos a partir do pedido.

Na sessão da última quinta-feira (29/4), o relator ministro Dias Toffoli iniciou seu voto a favor da ação em questão, considerando que a norma, ao tornar o prazo variável e indeterminado, fere os princípios da segurança jurídica, da eficiência da administração pública, da ordem econômica e do direito à saúde. O voto terá continuidade nesta quarta.

Os ministros também podem julgar os embargos de declaração no Recurso Extraordinário (RE) 574.706, que trata da exclusão do ICMS na base de cálculo do abpi.empauta.com

PIS e da Cofins. Advogados, empresas e a Fazenda Nacional empenham forças e atenções no julgamento dos embargos de declaração sobre aquela que é considerada a "tese do século" entre os tributaristas.

A Corte vai julgar dois pedidos da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para: esclarecer qual o critério de cálculo da parcela do ICMS passível de ser excluída da base de cálculo do PIS e da Cofins e determinar que os efeitos da decisão não sejam retroativos e passem a valer a partir da data do julgamento dos embargos. A relatora é a ministra Cármen Lúcia.

O julgamento dos embargos vai resolver pendências judiciais em instâncias inferiores. No dia 16 de março de 2021, o ministro Luiz Fux pediu aos presidentes e vices dos tribunais regionais federais que evitem enviar à Corte processos sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins até a análise dos embargos de declaração.

Acompanhe ao vivo:

Toffoli cita matéria de Migalhas para embasar voto sobre patente



Nesta quarta-feira, Toffoli considerou inconstitucional a extensão do prazo de vigência de patentes para os medicamentos. Patentes | Propriedade industrial Toffoli cita matéria de Migalhas para embasar voto sobre patente Nesta quarta-feira, Toffoli considerou inconstitucional a extensão do prazo de vigência de patentes para os medicamentos. quarta-feira, 5 de maio de 2021 0



(Imagem: Unsplash) (Imagem: Unsplash)

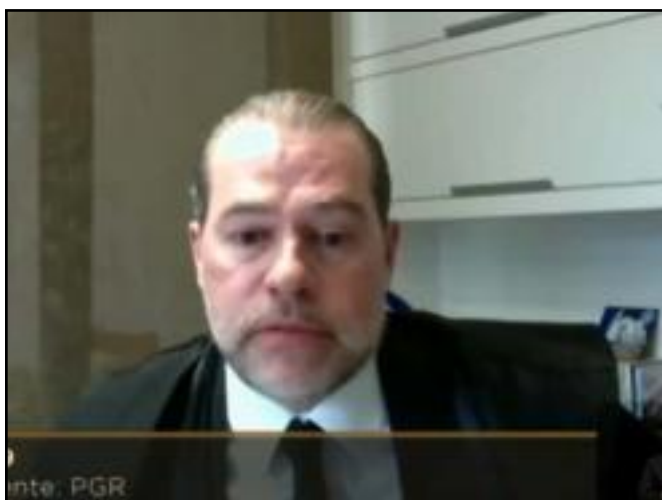
Nesta quarta-feira, 5, Dias Toffoli citou reportagem de Migalhas que trata da controvérsia sobre a extensão do prazo de patentes, prevista na lei de propriedade industrial.

O ministro utilizou a matéria jornalística para embasar sua posição no sentido da inconstitucionalidade da prorrogação do prazo. O trecho da matéria citada pelo relator diz respeito a patente do medicamento para enjoo "Vonau Flash", de titularidade da USP. Migalhas informou que o pedido da proteção foi feito em 2005 e a concessão da patente aconteceu em 2018.Â

Segundo Toffoli, este medicamento estará protegido até 2025, mesmo sem a incidência do dispositivo que Toffoli considera inconstitucional.

Leia a íntegra da matéria citada por Dias Toffoli:Â STF decidirá validade de patentes sem prazo máximo.

Por: Redação do Migalhas Atualizado em: 5/5/2021 18:51Compartilhar



(Imagem: STF/Print de tela) (Imagem: STF/Print de tela)

Na OMC, Brasil se opõe à quebra de patentes de imunizantes e medicamentos

Durante uma reunião na Organização Mundial do Comércio (OMC) nesta quarta-feira (5), os países participantes debateram uma proposta da Índia e da África do Sul para a suspensão das **patentes** de imunizantes e remédios para sintomas da covid-19. A intenção é tornar o acesso mais barato por meio da adoção de versões genéricas. Os países desenvolvidos são contra a proposta. O governo brasileiro optou por não apoiar a iniciativa e reforçou o caminho da política de **transferência** de tecnologia dentro das regras adotadas pela indústria farmacêutica.

Porém, abrir temporariamente as patentes de imu-

nizantes e remédios para melhorar o atendimento de infectados em países pobres não resolveria o problema de imediato, principalmente para os imunizantes. A cadeia de fornecimento de ingredientes farmacêuticos ativos (IFAs) para as vacinas está concentrada nas indústrias chinesa e indiana, que estão sobrecarregadas. E a maioria dos países que poderiam suprir essa demanda são contra a abertura de patentes.

Nos Estados Unidos, congressistas pressionam a Casa Branca para bancar um projeto que ajude os países emergentes. O presidente Joe Biden afirmou que avaliará a proposta.

Índice remissivo de assuntos

Desenho Industrial

4

Patentes

4, 6, 7, 8, 9, 12, 18, 19, 27

Propriedade Intelectual

4, 9, 11, 26

Inovação

4, 9, 19, 27

Direitos Autorais

14, 15, 17

Marco regulatório | INPI

22, 24, 25